

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO **
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

LEI Nº 0002

Institui o Fundo Municipal de Saúde e da outras providências:

O Prefeito Municipal de Ponto Belo-ES, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS

Art 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde executadas ou coordenadas pelo Serviço Municipal de Saúde que compreendem:

I- O atendimento à saúde universalizada, Integral, regionalizada e hierarquizada;

II- A Vigilância Sanitária;

III- A Vigilância Epidemiológica e Ações de Saúde interesse individual e coletivo correspondentes;

IV- O Controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as Organizações competentes das esferas federal e estadual.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

seção I

DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

Art 2º - O Fundo de Saúde ficará subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Saúde.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art 3º - São atribuições do Secretário de Saúde estabelecer política de aplicação dos recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde.

II- acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

III- submeter ao Conselho Municipal de Saude o Plano de aplicacao a cargo do Fundo, em consonancia com o Plano Municipal de Saude e com Lei de Diretrizes Orçamentarias;

IV- submeter ao Conselho Municipal de Saude as demonstrates mensais de receitas e despesas do Fundo;

V- encaminhar a contabilidade geral do Municipio as demonstracoes do inciso anterior,

VI- subdelegar competencia aos responsaveis pelos estabelecimentos de prestacoes de saude que integram a Rede Municipal;

VII- assinar cheques com o responsavel pela Tesouraria quando for o caso;

VIII- ordenar empenho e pagamentos das despesas do fundo;

IV- firmar convenios e contratos, inclusive de emprestimos juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serao administrados pelo Fundo.

SEÇÃO III

DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

Art 4º - São atribuições do coordenador do fundo:

I- preparar as demonstrates mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Service Municipal de Saude;

II- manter os controles necessarios a execucao e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do fundo;

III- manter, em coordenação com o setor de patrimonio da Prefeitura Municipal, os controles necessarios sobre os bens patrimoniais com cargo Fundo;

IV- encaminhar a contabilidade geral do Municipio.

a)- mensalmente, as demonstrates de receitas e despesas;

b)- trimestralmente, os inventarios de estoques de medicamentos e de instrumentos medicos;

c)- anualmente, o inventario dos bens moveis e imoveis e balance geral do fundo.

V- firmar, com o responsavel pelos controles da execucao orçamentaria, as demonstracoes mencionadas anteriormenie;

VI- preparar os relatdrios de acompanhamento da realizacao das acoes de saude para serem submetidas ao chefe do Servico de Saude;

VII- providenciar, junto a contabilidade geral do Município, as demonstrações que indicam a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

VIII- apresentar ao Secretário Municipal de Saúde a análise e a avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

IX- manter os controles necessários sobre convênios ou controle de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a Saúde;

X- encaminhar mensalmente, ao Secretário de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior,

XI- manter o controle a avaliação da produção das unidades integradas da rede Municipal de Saúde;

XII- encaminhar mensalmente, ao Secretário de Saúde, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela rede Municipal de Saúde.

SEÇÃO IV

DOS RECURSOS DO FUNDO

SUBSEÇÃO I

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art 5º - São receitas do Fundo:

I- as transferências oriundas do orçamento da Seguridade Social, como decorrentia do que dispõe o art. 30, VII da Constituição da República;

II- os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;

III- o produto de convênios firmados em outras entidades financeiras;

IV- o produto de arrecadação da taxa de fiscalização sanitária e de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal, bem como parcelas arrecadadas de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar,

V- as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Município tenha direito a receber por força da lei e de convênios no setor,

VI- doações em espécies feitas diretamente para este Fundo;

§1º- As receitas descritas neste artigo, serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de cênteno;

§2º- A aplicação de natureza financeira depender:

I- da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programa;

II- da prévia aprovação do Secretário Municipal de Saúde.

SUBSEÇÃO II

DOS ATIVOS DO FUNDO

Art 6º - Constituem Ativos do Fundo Municipal de Saúde:

I- disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriundas das receitas específicas;

II- direitos que por ventura vier a constituir,

III- bens e imóveis que forem destinados ao sistema de saúde do Município;

IV- bens móveis ou imóveis doados, com ou sem onus destinados ao sistema de Saúde do Município;

V- bens móveis ou imóveis destinados à administração do sistema de Saúde do Município;

PARÁGRAFO ÚNICO - anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

SUBSEÇÃO III

DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art 7º - Constituem Passivos do Fundo Municipal de Saúde as obrigações de qualquer natureza que por ventura o Município venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde.

SEÇÃO V

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

SUBSEÇÃO I

DO ORÇAMENTO

Art 8º - O ornamento do Fundo Municipal de Saude evidenciara as politicas e o programa de trabalho governamental, observados o plano plurianual e a Lei Diretrizes Ornamentais e os principios da universalidade e do equilibrio;

§1º- O ornamento do Fundo Municipal de Saude integrant o ornamento do Municipio, em obediencia ao principio da unidade;

§2º- O ornamento do Fundo Municipal de Saude observar-se-a, na sua elaboracao e na execu ao, os padroes e normas estabelecidas na legislacao pertinente.

SUBSECAO II DA CONTABILIDADE

Art 9* - A contabilidade do Fundo Municipal de Saude tem por objetivo evidential a situacao financeira, patrimonial e ornamentaria do Sistema Municipal de Saude, observados os padroes e normas estabelecidos na legislacao pertinente.

Art 10º - A contabilidade sera organizada de forma a permitir o exercitio das suas funcoes e controle previo concomitante e subsequente e de informal, inclusive de apropriar e apurar custos dos servicos e, conseqentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art 11º - A escriturança contabil sera feita pelo metodo das partidas dobradas.

§ 1º-A contabilidade emitira relatorios mensais de gestao, inclusive dos custos dos servicos;

§ 2º-Entende-se por relatorios de gestao os balancetes mensais de receitas e de despesas do Fundo Municipal de Saude e denuncias demonstracoes exigidas pela Administracao e pela legislacao permittidas.

§ 3º- As demonstracoes e os relatorios produzidos.

SECAO VI DA EXECUCAO ORNAMENTARIA

SUBSECAO I DA DESPESA

Art 12º - Imediatamente após a promulgacao da Lei do Ornamento, o Secretario Municipal de Saude aprovara o quadro de

contas trimestrais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do Sistema Municipal de Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO- As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite fixado no orçamento e o comportamento de sua execução.

Art 13º - Nenhuma despesa será realizada sem a necessidade de autorização orçamentária.

PARÁGRAFO ÚNICO- Para os casos de insuficiências e omissões orçamentárias poderão ser utilizadas por Lei e aberto por Decretos do Executivo.

Art 14º - A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:

I- financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria e com ela conveniados;

II- pagamento de vencimentos, salários, gratificação ao pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participe da execução das ações previstas no art. 1º da presente.

III- pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de pagamento ou projetos específicos no setor de Saúde, observando o disposto § 1º do art. 199 da Constituição Federal;

IV- aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

V- construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI- desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;

VII- desenvolvimento de programa de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde;

VIII- atendimento a despesas diversas, em caráter urgente e inadiável, necessários à execução das ações e serviços de saúde mencionados no art. 1º da presente Lei.

SUBSEÇÃO DAS RECEITAS

Art 15° - A execu ao or amentana das receitas se processarao atraves da obtengao do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

Art 16° - O Fundo Municipal de Saude tera vigencia ilimitada;

Art 17° - Esta Lei entrard em vigor na data de sua publica ao, revogada as disposi oes em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Janeiro de 1997.



JAIMES A ioaroe, LIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL